se torna muito limitante nas zonas de alta incidência de arroz vermelho, como é o caso da Depressão Central. Nas demais regiões produtoras do estado, Zona Sul e Litoral Norte, a área de plantio deverá ficar em níveis semelhantes aos do ano anterior.

Expectativas conservadoras no Centro-Oeste

Com relação ao arroz de sequeiro, predominante no restante do país, as previsões, de modo geral, limitam-se a uma mera repetição da área plantada em 1993/94, embora alguns fatores, como no caso da região Centro-Oeste, possam favorecer a substituição pelo milho (em maior grau) ou pela soja. O milho tem exercido forte atração nos produtores rurais, registrando-se, paulatinamente, sua incorporação ao esquema mais empresarial de cultivo. Em termos agronômicos, oferece menos risco ao agricultor do que o arroz de sequeiro, por ser mais resistente a condições ambientais desfavoráveis. Em termos econômicos, mostra-se vantajoso pelas boas perspectivas de comercialização propiciadas pelo bom momento em que se encontram as indústrias avícola e de suínos. Além disso, se compararmos os instrumentos de amparo à produção oferecidos pelo governo para a próxima safra de verão, há vantagens expressivas para o milho quando cotejado com os custos operacionais do arroz e da soja levantados por uma importante cooperativa de Goiás, a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo) (ver tabelas). O VBC do algodão também foi considerado muito estimulante, confirmando a meta do governo de incentivar este produto. Segundo a Cepa-GO, a área de cultivo do algodão no estado deverá se expandir cerca de 15% na próxima safra, embora a área total ocupada seja relativamente pequena (53 mil hectares no ano passado).

Outro fator apontado pela Cepa-GO a inibir a expansão do arroz de sequeiro em Goiás, que na década de 80 chegou a produzir cerca de 1,5 milhão de toneladas e hoje produz pouco mais de 450 mil, é a própria redução da fronteira agrícola no estado. O arroz de sequeiro era muito utilizado na abertura de novas áreas, justamente para cobrir os custos dessa operação. De acordo com a mesma instituição, a área de plantio do arroz de sequeiro este ano deverá, a princípio, repetir a do ano passado, cerca de 290 mil hectares.

Outra informação relevante é que o governo este ano não regionalizou o preço mínimo a fim de compensar o alto custo do transporte nessa região, o que dificulta ainda mais a comercialização costumeiramente mais difícil deste produto. Com relação à seca, esta deverá provocar atrasos no plantio, mas como no cerrado a época de semeadura pode ser dilatada até dezembro, esse fator em si não constituiria uma limitação à decisão de plantio, ao menos por enquanto.

No Maranhão, outro importante estado produtor, a cultura se encontra dividida em dois estágios tecnológicos: no norte do estado, onde se utiliza a chamada cultura de toco, a produção é toda manual, consorciada, e a atividade tende a ser migratória. Predominam pequenos produtores, cuja produção visa essencialmente ao autoconsumo. As variedades utilizadas apresentam grão médio e curto e possuem baixo valor comercial. Obviamente, nessas regiões (Baixada Maranhense, Alto e Baixo Mearim, Vale do Pindaré e Cocais), a política agrícola não influencia a decisão de plantio do produtor rural, e a área a ser colhida fica atrelada tão-somente às condições climáticas e às necessidades regionais de consumo. Já no centro-sul do estado, onde se localiza a cultura solteira e mecanizada, as variedades utilizadas, apesar de serem do tipo sequeiro, são melhoradas e têm maior aceitação comercial. Nos últimos anos, registrou-se tendência à substituição do arroz pela soja. Em face das perspectivas não tão favoráveis de preço da oleaginosa, é bastante provável que a área de arroz se situe nos mesmos patamares do ano passado. O Maranhão é o segundo maior produtor de arroz e colheu, em 1993/94, cerca de 1 milhão de toneladas, em uma área de 761 mil hectares.[1]

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

[1] Dado sujeito a confirmação.

FEIJÃO

Seca limita tendência à expansão

A seca que atingiu as principais regiões produtoras de feijão esfriou o clima de euforia existente entre os produtores rurais, bastante animados com o desempenho recente do mercado. No entanto, apesar do atraso no plantio, a área ocupada com a lavoura poderá não cair tanto na próxima safra das águas, uma vez que a situação climática já começou a se normalizar no Paraná e em Santa Catarina.

PROGNÓSTICO 1994/95 DA SAFRA

No início de agosto, época que tradicionalmente assinala o começo da semeadura do feijão das águas na região Centro-Sul, as estimativas para o plantio do feijão no Paraná, principal estado produtor, anteviam um crescimento da área cultivada em torno de 7,5% em relação ao ano anterior. O bom ânimo dos produtores rurais com o plantio da leguminosa devia-se às boas perspectivas com relação à comercialização do produto: os preços em 1994 haviam sido atraentes e as projeções com relação ao seu consumo após a implementação do Plano Real eram razoavelmente otimistas, mesmo considerando a baixa elasticidade-renda do produto (ver gráfico). A longa seca que atingiu o estado, no entanto, veio arrefecer a euforia dos produtores rurais e alterar, embora de forma suave, os otimistas prognósticos iniciais.

Para se ter uma idéia, em meados de outubro, quando normalmente 80 a 90% da área já deveriam estar semeados no Paraná, somente a metade havia sido trabalhada. No centro do estado, onde a cultura compete com o milho e o algodão, as chuvas chegaram no começo de outubro e os produtores resolveram optar mesmo pelo feijão, animados ainda mais pela repercussão da crise no mercado atacadista. Nessa região, que é tipicamente produtora de feijão de cores, a redução de área deverá ser pequena. Já na região Nordeste, também basicamente produtora de feijão de cores, as chuvas estão mais escassas, aumentando as chances de perda da época de plantio. A Emater-PR estima que poderá haver redução de até 20% na área de plantio nessa região, em face da desistência dos produtores diante do alto risco decorrente de um atraso maior na semeadura. Isso porque se a lavoura for implantada muito tardiamente, a fase de floração irá ocorrer nos meses de temperatura elevada, o que provoca um alto índice de abortamento de flores, com conseqüências diretas na produtividade. Além disso, a colheita irá coincidir com a época de chuvas, o que para o feijão é extremamente indesejável, pela depreciação que o produto "chuvado" (com alto teor de umidade no grão) sofre no mercado. Nas demais regiões, no sudoeste, oeste e centro-sul, esta última tradicional produtora de feijão-preto, aguarda-se uma repetição da área de plantio anterior, uma vez que as condições climáticas foram mais favoráveis.

Historicamente, a proporção entre as áreas de plantio das variedades de cor e de grão preto no Paraná era de 50% para cada uma, em média. Segundo o Deral, esta proporção está-se deslocando a cada ano, ainda que de modo suave, no sentido de aumentar a área plantada com feijão-preto no estado. Isso estaria relacionado à própria estrutura de comercialização dessa variedade. Como se sabe, o feijão-preto representa apenas uma pequena parcela do consumo nacional de feijão (cerca de 20%) e sua utilização concentra-se principalmente nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Com centros de consumo mais concentrados, o fluxo de escoamento tende a uma organização maior, não havendo muito espaço para a intermediação. Sabe-se que no Paraná existe uma atuação muito marcante de tradicionais cooperativas na venda do feijão-preto. Estas, por serem boas conhecedoras do mercado, em geral negociam o produto em melhores condições. Associando-se ainda a esses fatos as melhores produtividades que os agricultores vêm obtendo com essas variedades, constata-se que eles realmente acabam ganhando mais quando isso se agrega a uma comercialização mais compensadora.

O prognóstico de plantio para cada variedade, no entanto, é dificultado pela falta de indicadores mais seguros, como seria, por exemplo, o controle da venda de sementes melhoradas. Como é muito baixa a taxa de utilização desse insumo na lavoura, uma vez que os produtores usam predominantemente sementes próprias, é difícil ter uma idéia antecipada da decisão de plantio para os diferentes cultivares. De acordo com o Deral, só mais adiante é que se poderá conhecer melhor essa proporção, embora os fatos apontem para uma possível redução no plantio de cores em função das limitações climáticas, uma vez que as áreas onde predominam essas variedades foram as mais atingidas pela seca.

Preços bons atraem os agricultores para a cultura

Em termos globais, nota-se que as alterações na área de plantio do estado do Paraná estão, em geral, associadas às condições da comercialização, pouco influenciando os mecanismos de amparo à produção divulgados anualmente pelo governo. No Paraná, a exemplo do que ocorre no restante do país, a atividade é conduzida essencialmente nos moldes da pequena produção, embora o feijão, por essa mesma razão, tenha-se tornado um produto bastante atraente para os setores mais capitalizados da agricultura. A precariedade histórica da produção sempre produziu quadros anuais de suprimento apertados, ao mesmo tempo em que as intervenções do governo nos preços tornaram-se mais criteriosas, permitindo um maior fôlego na evolução dos preços.



Estima-se que apenas 25% da área total plantada no estado sejam financiados pelo crédito agrícola, sendo que essa parcela em geral se concentra em alguns "bolsões de tecnologia" já detectados pelo Deral em regiões específicas. Além do difícil acesso ao crédito decorrente da própria condição estrutural da lavoura, os produtores ainda encontram dificuldades operacionais: a exigência do Banco do Brasil quanto ao uso de sementes certificadas representa forte restrição, já que a oferta desse insumo é extremamente reduzida.

De qualquer modo, é sempre oportuno comparar o VBC anunciado com os custos de produção: para uma faixa de produtividade de 600 a 800kg/ha, a cobertura do VBC é muito boa (93%), considerando um custo variável estimado pelo Deral em torno de US$246 (ver tabela). O preço mínimo também é estimulante, cobrindo com razoável folga os custos unitários de produção.

O cultivo do feijão é conduzido nos moldes da pequena produção, mas o produto é atraente para os setores mais capitalizados da agricultura.

Em Santa Catarina, tradicional produtor, o clima foi favorável e as primeiras estimativas de área plantada estão muito otimistas. O estado não foi muito afetado pela seca e esta condição deverá permitir que se concretize a forte intenção de plantio existente entre os produtores. A área de cultivo, de acordo com a Cepa-SC, deverá ser 10% maior do que a do ano passado, totalizando 275 mil hectares.

Do mesmo modo que no Paraná, a política agrícola pouco influencia a decisão de plantio. É interessante observar, no entanto, que essa lacuna estaria sendo preenchida pelo fortalecimento do sistema "troca-troca" no estado. Assim, as cooperativas passam a ser agentes financiadores da produção, trocando insumos por um determinado número de sacas do produto ao final da colheita. Note-se que esse sistema também está-se consolidando fora do âmbito das cooperativas, atingindo o comércio fornecedor de insumos, a exemplo do que também ocorre no Rio Grande do Sul.

Produtores paulistas são os mais afetados

Em São Paulo, estado que foi muito atingido pela seca, a situação é diferente. O plantio está muito atrasado e a Secretaria de Agricultura, que recomenda a semeadura no estado até o dia 30 de setembro, prorrogou o prazo até 20 de outubro, caso as chuvas se normalizassem. Esta é a data limite para os produtores que recorrem aos financiamentos rurais. A partir dessa data, os riscos com a lavoura são muito elevados em razão da maior probabilidade de temperaturas elevadas na floração e de colheita na época das chuvas. Os técnicos da extensão rural também recomendaram aos produtores que não plantem na primeira chuva, porque esta é insuficiente para repor a umidade no solo, e como as temperaturas já estão muito elevadas, essa pequena precipitação evapora-se muito rapidamente, fazendo com que se perca a semente.

Paraná — feijão — custos varlávels e total da produção — US$/ha
Produtividade:600 a 800kg/ha

Custos variáveis	US$
Máquinas	24,34
Implementos	4,78
Animais de trabalho	5,28
Manutenção de benfeitorias	1,84
Mão-de-obra temporária	73,41
Sementes	35,87
Fertilizantes	39,46
Agrotóxicos	18,71
Despesas gerais	4,07
Transporte externo	3,24
Recepção, secagem, limpeza e embalagem	2,41
Assistência técnica	4,16
Proagro	22,42
Custos financeiros (juros)	6,53
Total dos custos variáveis	246,52
Custos fixos	149,7
Total geral	396,22

Fonte: Deral.

A Conab-SP projetou três cenários possíveis para a lavoura nos próximos meses, considerando que a segunda safra no estado também tem uma grande expressão: na primeira hipótese, se as chuvas se normalizassem até meados de outubro, o produtor plantaria o feijão da primeira safra e ainda conseguiria plantar posteriormente o feijão da segunda safra, apertando um pouco o calendário. Na segunda hipótese, o produtor desistiria do feijão e plantaria o milho, principal concorrente da lavoura no estado. Nesse caso, como o milho possui um ciclo bem mais longo, em torno de cinco meses, o produtor deixaria de plantar o feijão da seca, colhendo somente uma safra de milho. Na terceira hipótese, o produtor desistiria de plantar o feijão das águas e anteciparia o plantio da seca, obtendo também apenas uma safra de feijão. Este é o dilema atual do produtor paulista, que se encontra fortemente estimulado a plantar o feijão, à semelhança do que ocorre nos demais estados. Os resultados dessas diferentes tendências serão mais bem conhecidos após a definição do quadro climático no estado, antes do final de outubro.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO